



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

ANÁLISE DA MESA DIRETORA REFERENTE ÀS PROPOSTAS DE EMENDAS
APRESENTADAS PRÉ-CONFERÊNCIA I

01) Emenda a proposta 14 – Daniele Rebelo (Art. 18)

A delegada apresenta como texto de emenda adicional da seguinte forma: “A proibição do uso de agrotóxico na macrozona de interesse ambiental”, contudo, a proposta já está amparada na Lei Federal nº 14.785/2023, sendo de competência da União em legislar matéria relacionada a proibição do uso de agrotóxico.

Com relação a proposta 02, é questionado sobre a “regulamentação do corredor ecológico como área de interesse para preservação e reflorestamento no município”, contudo, não se trata de matéria de temática ao Plano Diretor Municipal, sendo contemplada através Resolução nº 17/2020 das Diretrizes da Secretaria de Meio Ambiente Estadual.

Após discussão pela Mesa Diretora a respeito da proposta, o item “01” está inabilitado e para o item “02” a proposta foi habilitada parcialmente para regulamentar sobre as regras estabelecidas pelo governo estadual.

02) Emenda a proposta 25 – Daniele Rebelo (Art. 95)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada possui pertinência temática a ser tratada em matéria de Plano Diretor, sendo habilitada integralmente a ser tratada na Conferência Final da Cidade.

03) Emenda a proposta 01 – Sanda Marcelino (Art. 2)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

04) Emenda a proposta 27 – Susana Ferreira Antunes dos Santos (Art. 96)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

D
9



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

05) Emenda a proposta 35 – Ana Clara Martins do Val (Art. 109)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

06) Emenda a proposta 25 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

07) Emenda a proposta 25 – Valdemar A. Valentim (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

08) Emenda a proposta 35 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 109)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

09) Emenda a proposta 39 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 37)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

10) Emenda a proposta 37 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 37-A)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

11) Emenda a proposta 29 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 90)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

12) Emenda a proposta 27 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 96)

Após discussão pela Mesa Diretora a respeito da proposta, foi habilitada parcialmente. O primeiro trecho em relação a aplicação de aplicação do IPTU progressivo está habilitado por ser matéria pertinente a revisão de Plano Diretor. Já em relação a “previsão da inclusão de uso da lei de uso e ocupação do solo”, a Mesa Diretora não habilita a proposta uma vez que deverá ser tratada em legislação específica.

13) Emenda a proposta 26 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 96)

Após discussão pela Mesa Diretora a respeito da proposta apresentada, a proposta apresentada deverá ser regulamentada em matéria de lei específica, não sendo objeto específico de Plano Diretor. Dessa forma, a Mesa Diretora inabilita a proposta apresentada.

14) Emenda a proposta 25 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

15) Emenda a proposta 12 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 16)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada trata-se de competência exclusiva da União em legislar sobre matérias agrárias, conforme estabelece o Art. 74 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a proposta foi inabilitada.

16) Emenda a proposta 14 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 18)

O delegado apresenta como texto de emenda adicional da seguinte forma: “A proibição do uso de agrotóxico na macrozona de interesse ambiental”, contudo, a proposta já está amparada na Lei Federal nº 14.785/2023, sendo de competência da União em legislar matéria relacionada a proibição do uso de agrotóxico.

Com relação a proposta 02, é questionado sobre a “regulamentação do corredor ecológico como área de interesse para preservação e reflorestamento no município”, contudo, não se trata de matéria de temática ao Plano Diretor Municipal, sendo contemplada através Resolução nº 17/2020 das Diretrizes da Secretaria de Meio Ambiente Estadual.

Após discussão pela Mesa Diretora a respeito da proposta, o item “01” está inabilitado e para o item “02” a proposta foi habilitada parcialmente para regulamentar sobre as regras estabelecidas pelo governo estadual.

17) Emenda a proposta 12 – Sara Cristina P. de Souza (Art. 16)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada trata-se de competência exclusiva da União em legislar sobre matérias agrárias, conforme estabelece o Art. 74 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a proposta foi inabilitada.

18) Emenda a proposta 25 – Sara Cristina P. de Souza (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.





PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

19) Emenda a proposta 01 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 02)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

20) Emenda a proposta 14 – Sara Cristina P. de Souza (Art. 18)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta foi habilitada parcialmente, pois não se trata de matéria de temática ao Plano Diretor Municipal, sendo contemplada através Resolução nº 17/2020 das Diretrizes da Secretaria de Meio Ambiente Estadual, devendo para regulamentar sobre as regras estabelecidas pelo governo estadual.

21) Emenda a proposta 01 – Maria Cristina de P. Machado (Art. 2)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

22) Emenda a proposta 23 – Luis Missao Aoki (Art. 47)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

23) Emenda a proposta 14 – Luis Missao Aoki (Art. 18)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

24) Emenda a proposta 09 – Luis Missao Aoki (Art. 64)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

25) Emenda a proposta 07 – Luis Missao Aoki (Art. 25)

Após a discussão pela Mesa Diretora, verificou-se que não se trata de matéria de discussão ao Plano Diretor, devendo ser discutida em legislação específica. Dessa forma, a proposta foi inabilitada pela Mesa Diretora.

26) Emenda a proposta 31 – José Carlos Diogo (Art. 99)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

27) Emenda a proposta 15 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 19-A)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

28) Emenda a proposta 12 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 16)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada possui pertinência temática a ser tratada em matéria de Plano Diretor, apresentando os estudos



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

exigidos pelo Art. 42-B da Lei Federal 10.201/2001, sendo habilitada integralmente a ser tratada na Conferência Final da Cidade.

29) Emenda a proposta 07 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 25)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

30) Emenda a proposta 03 – Maria Cristina de P. Machado (Art. 27)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada possui pertinência temática a ser tratada em matéria de Plano Diretor, contudo, a proposta será habilitada parcialmente, uma vez que a proposta carece de informações quanto ao que se compreende ZAC e ZAR. Dessa forma, a delegada poderá apresentar recurso a fim de esclarecer as áreas discutidas com maior detalhamento.

31) Emenda a proposta 12 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 16)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

32) Emenda a proposta 12 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 16)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

33) Emenda a proposta 25 - Maria Luiza Porto Mello (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

34) Emenda a proposta 09 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 64)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada possui pertinência temática a ser tratada em matéria de Plano Diretor, sendo habilitada integralmente a ser tratada na Conferência Final da Cidade, contudo, sua regulamentação deverá ser tratada em lei específica.

35) Emenda a proposta 10 – Maria Luiza Porto Mello (Art. 9)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

36) Emenda a proposta 39 – Daniele Rebelo (Art. 37-A)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

37) Emenda a proposta 23 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 47)

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta apresentada possui pertinência temática a ser tratada em matéria de Plano Diretor, sendo habilitada integralmente a ser tratada na Conferência Final da Cidade, contudo, sua regulamentação deverá ser tratada em lei específica.

B

D



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

38) Emenda a proposta 23 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 47)

Proposta apresentada em duplicidade, sendo apresentada duas vias assinadas pelo delegado João Campinho, tratando-se da mesma matéria de discussão. Dessa forma, foi anulada uma das propostas.

39) Emenda a proposta – Denis Ribeiro Moreira (Não foi apresentado número da proposta que receberá emenda).

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta foi inabilitada, uma vez que o delegado não apresentou o número de proposta de emenda que deseja alterar.

40) Emenda a proposta 4 e 5 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 27)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

41) Emenda a proposta 5 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 27)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

42) Emenda a proposta 26 – Sara Cristina Pezo de Souza (Art. 96)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

43) Emenda a proposta 14 – Diego Soares Toledo (Art. 18)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

44) Emenda a proposta 15 – Diogo Soares Toledo (Art. 19-A)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

45) Emenda a proposta 25 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

46) Emenda a proposta 25 – João de Almeida Rego Campinho (Art. 95)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

47) Emenda a proposta 15 – João de Almeida Rego Campinho – (Art. 19-A)

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

Handwritten signature and initials in blue ink.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

48) Emenda a proposta 28 – Daniele Rebelo – Art. 96

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

49) Emenda a proposta 24 – Maria Cristina de Paula Machado – Art. 94

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta restou habilitada com a ressalva de redirecionamento ao artigo 96 para pertinência.

50) Emenda a proposta 39 – Walker Ferraz – Art 37-A.

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta restou habilitada para a Conferência Final da Cidade.

51) Emenda a proposta 25 – Nilton Cesar Silva Alves – Art 95.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

52) Emenda a proposta 03 – Nilton Cesar Silva Alves – Art 27.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

53) Emenda a proposta 03 – João de Almeida Rego Campinho – Art 27.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

[Handwritten signature]



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

54) Emenda a proposta 39 – Hélio Mendes Ribeiro – Art 37-A.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

55) Emenda a proposta 32 – Daniele Rebelo – Art. 101.

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta foi inabilitada uma vez que a proposta foi intempestiva, devendo-se observar o art. 12, §1º do Regimento Interno da Conferência da Cidade.

56) Emenda a proposta 27 – Susana Ferreira Antunes dos Santos – Art. 96

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

57) Emenda a proposta 29 – Florisvaldo Alexandre dos Santos – Art. 90

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

58) Emenda a proposta 04 – Maria Cristina de P. Machado – Art. 27

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

-



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

59) Emenda a proposta 05 – Leonardo Klimeika Zanutto – Art. 27

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

60) Emenda a proposta 09 – João Pascoal Caldas Del Monaco – Art. 64

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

61) Emenda a proposta 02 – Kaio Rafael de Vilhena Rosa e Silva – Art. 96

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

62) Emenda a proposta 39 – Kaio Rafael de Vilhena Rosa e Silva – Art. 37-A

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

63) Emenda a proposta 04 – João Pascoal Caldas Del Monaco – Art. 27

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

64) Emenda a proposta 14 - João Pascoal Caldas Del Monaco – Art. 18

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

65) Emenda a proposta 11 – João Pascoal Caldas Del Monaco – Art. 16

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

66) Emenda a proposta 33 – João Pascoal Caldas Del Monaco – Art. 101

Após a discussão pela Mesa Diretora, a proposta foi inabilitada uma vez que a proposta foi intempestiva, devendo-se observar o art. 12, §1º do Regimento Interno da Conferência da Cidade.

67) Emenda a proposta 14 – Ivan da Silva Camargo – Art. 18

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

68) Emenda a proposta 15 – Ivan da Silva Camargo – Art. 19-A

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.



PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

69) Emenda a proposta 06 – Sandra Marcelino – Art. 06

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

70) Emenda a proposta 01 e 02 – Osvaldo Lelis Tursi – Art.2 e 96

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

71) Emenda a proposta 10 – Kaio Rafael de Vilhena Rosa e Silva – Art 9.


Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

72) Emenda a proposta 28 – João de Almeida Rego Campinho – Art. 96.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.

73) Emenda a proposta 36, 37, 38 e 39 – Daniele Rebelo – Art. 37-A e 27.

Após a análise da Mesa Diretora, a proposta atende aos critérios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e pertinência temática, nos termos do art. 12, § 3º, do Edital de Regimento Interno da Conferência da Cidade, sendo habilitada integralmente à discussão e votação na Conferência Final da Cidade.





PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE DIRETOR
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS (PRÉ-CONFERÊNCIA I)

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h45, cuja ata segue assinada pelos presentes membros da Mesa Diretora.

Aíás José de Santana

Nícolas Rosalem

cmelo

Camila Maria Leite de Oliveira Pereira

Renato Ratti

Renato Ratti